timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 101 JUNHO 1994

MANILA: O REGRESSO ÀS ORIGENS

Sendo Timor Leste um território da Ásia-Pacífico, a questão de Timor tem estado, porém, fora daquela região. A Conferência de Manila veio corrigir esta assimetria.

Ouvimos constantemente falar do crescimento económico e das promessas que a região Ásia-Pacífico contém para o século XXI.

Mas a vitalidade daquela área não se resume às promessas de investimentos. Apesar da adversidade das condições políticas, o dinamismo e a determinação da sociedade civil dos países da zona é evidente. Perante regimes de democracia recente e tímida (Filipinas, Tailândia, Coreia), e mesmo na Indonésia, o movimento associativo e de organizações não-governamentais é exigente e possui uma notável experiência e capacidade de iniciativa.

Tais características já tinham ficado bem patentes aquando da Conferência de Banguecoque, preparatória da Reunião de Viena das Nações Unidas sobre direitos humanos (1993).

SABER DE EXPERIÊNCIA FEITO

A questão dos direitos humanos é das mais sensíveis na área. Alguns governos, em particular da ASEAN (Associação das Nações do Sueste Asiático, que agrupa a Indonésia, as Filipinas, a Tailândia, a Malásia, Singapura e o Brunei), têm desenvolvido a chamada tese da "*relatividade cultural dos direitos humanos*", de acordo com a qual os direitos humanos são considerados universais, mas dependendo a sua aplicação das tradições e cultura de cada povo. Contra esta concepção se pronunciaram desde logo as ONG, reclamando o carácter universal da sua aplicabilidade.

Igual diferença de posturas se observou, na altura, na questão de Timor, onde as ONG assumiram um posicionamento oposto aos dos seus regimes, reconhecendo ao povo timorense o direito a decidir do seu futuro.

Criaram-se agora, com a realização da Conferência de Manila, condições para um verdadeiro intercâmbio. A luta do povo timorense, finalmente reconhecida e adoptada pelo movimento social da Ásia-Pacífico, inspira e apoia, por sua vez, as novas gerações que combatem pela democracia e pelo respeito pelos direitos humanos na região.

Ao ser apresentada em Manila a história e a situação que se vive em Timor Leste, os delegados e organizações participantes na Conferência não tiveram a mais pequena hesitação: todos sabem o que significa o poder ditatorial e militar, a repressão generalizada, a inexistência de liberdades civis e políticas. E quando se falou no direito à autodeterminação a reacção não foi diferente. A memória da dominação colonial é ainda muito viva.

REACÇÕES SEM PRECEDENTES

Timor Leste, ao reunir em Manila um vasto leque de organizações e individualidades filipinas, que prepararam e persistiram na realização da Conferência, colocou o governo deste país perante um verdadeiro teste.

Ao ceder às pressões de Jacarta, o Presidente Fidel Ramos pôs em causa a Constituição, os direitos fundamentais de liberdade de expressão e de reunião, a própria independência do país. Isto mesmo foi dito e escrito ininterruptamente desde os dias que antecederam a Conferência até muito depois do seu termo.

A expressão "*Filipinas, a 28ª província da Indonésia*" ficou consagrada e muitos políticos e comentadores influentes protestaram com veemência contra o que classificaram como "*a maior humilhação das Filipinas desde a 2ª Guerra Mundial*".

Uma parte significativa da sociedade filipina uniu-se, de novo, em defesa da democracia e contra o movimento, agora mais perceptível, de progressiva militarização do regime.

A Conferência mostrou igualmente como o poder em Jacarta está, em relação a Timor Leste, entre a espada e a

neste número:

MANILA: O REGRESSO ÀS ORIGENS

INDONÉSIA: A "LEI DA ROLHA"

parede. Suharto tinha de tomar uma posição de força perante Malacañang, sob pena de ter de enfrentar a participação no encontro de vários activistas políticos e personalidades indonésios, ao mesmo tempo que tinha de fazer frente aos militares e sectores conservadores na Indonésia.

Mas ao exercer represálias e ameaças sobre Manila, o regime indonésio desencadeou uma onda de protestos, sem precedentes, em vários pontos do mundo, nos países vizinhos (manifestações à porta da sua embaixada na Malásia e do seu consulado em Hong-Kong, dois editoriais muito críticos no jornal tailandês de língua inglesa *The Nation*), nas Filipinas e no seu próprio país.

ESTREITAR LAÇOS

Participaram na Conferência, apesar de todas as ameaças, dois representantes da Fundação PIJAR, criada em Jacarta em 1989. Publicamente, expressaram o seu apoio aos direitos do povo timorense, incluindo o direito à autodeterminação, e lembraram algumas das acções em que se têm empenhado e que levaram à prisão os seus principais dirigentes (ver *Timor Leste*, nº 100, Maio 94).

Curiosamente, a imprensa indonésia nunca admitiu que tivesse havido delegados do seu país em Manila, pondo todo o acento na presença de estrangeiros.

No final, uma das resoluções comprometia os participantes a apoiarem "*o movimento pró-democrático na Indonésia, em particular os activistas que apoiam a luta do povo de Timor Leste, incluindo aqueles que arriscaram tomar parte na Conferência*".

Este foi mais um passo na ligação entre organizações e activistas da área Ásia-Pacífico e, em especial, da ASEAN, que lutam pela democracia e pelo respeito pelos direitos humanos e para os quais a questão de Timor Leste se está a tornar um ponto de referência importante.

George Aditjondro, professor na Universidade de Salatiga, disse numa entrevista ao semanário *Editor*, antes de este ter sido suspenso pelas autoridades: "*A ferocidade da reacção visa desencorajar os cidadãos indonésios a participar no encontro*".

NOVAS FRONTEIRAS

Na Conferência participaram, no que se refere à zona geo-estratégica em que Timor Leste está inserido, delegados da Índia, Nepal (um deputado), Malásia (também incluiu um parlamentar), Singapura, Filipinas, Tailândia, Hong-Kong, Coreia do Sul, Indonésia, Japão, Austrália e Nova Zelândia.

As resoluções apontaram para a exigência de um cessar-fogo imediato, desmilitarização de Timor Leste, referendo justo e imparcial sob a supervisão da ONU, libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos, apoio ao Plano de Paz do CNRM, acesso sem restrições ao território e apoio às mulheres timorenses.

No final, foram constituídas duas novas organizações de solidariedade: uma filipina - *Philipino in Solidarity with East Timor* - e outra regional - *Asia Pacific Coalition for East Timor (APCET)* - esta presidida pelo Bispo japonês Aloysius Soma e com sede provisória em Manila, a cargo da mesma ONG que orientou os esforços de preparação da Conferência.

Assim que esta terminou, ao fim da manhã do dia 4 de Junho, foi convocada a primeira reunião da nova APCET, que se realizou logo nessa tarde, tendo sido escolhido o grupo, composto por representantes de vários países, que dirigirá a associação. No dia seguinte, foi elaborado o plano de trabalho para os próximos meses, que incluía actividades de informação, produção de materiais para divulgação, contactos institucionais e participação em diversas reuniões regionais, em especial relativas à promoção e defesa dos direitos humanos no território.

Conhecendo um pouco a capacidade e o nível de trabalho conjunto das organizações asiáticas, Manila representa uma promessa muito concreta.

A partir de agora, a Indonésia terá a solidariedade com Timor em permanência ao pé da porta, na região que pretende hegemonizar, com boas ligações àquela que se desenvolve já dentro da sua própria casa.

PORTUGAL: NOVA OPORTUNIDADE

Na ocasião em que a questão dos direitos do povo timorense ganha outra visibilidade em tantos territórios do mundo e uma nova dinâmica na sua própria região, notam-se em Portugal sinais contraditórios preocupantes.

A Assembleia da República deveria ser o reflexo, organizado e competente, da solidariedade nacional, amplamente vivida e demonstrada, para com o povo de Timor Leste. Em vez disso, arrasta uma Comissão Eventual que não cumpre o seu próprio programa, que parece não ter princípios nem nenhuma prática política.

O seu Presidente em exercício - Deputado Carlos Candal - pensou em deslocar-se a Manila mas quis todas as garantias e não teve a coragem de enfrentar a possibilidade de deportação, o que aumentaria o impacto das medidas tomadas por Fidel Ramos e acrescentaria uns bons pontos ao embaraço das Filipinas e da Indonésia.

Justamente ao contrário da Prêmio Nobel da Paz Mairead Maguire que não hesitou em fazer o longo caminho Dublin-Manila e volta, estando quase certa, à partida, de que não a deixariam participar na Conferência.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros expôs uma confusão indesculpável durante a preparação da Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, ao misturar estruturas políticas timorenses com indivíduos e personalidades que, por mais marcantes que sejam ou tenham sido, não deveriam ser convidados, enquanto tais, para participar nos trabalhos de uma iniciativa desta natureza.

Alguns sectores da sociedade portuguesa parecem tornar-se permeáveis às promessas de negócios com e benesses de Jacarta em vez de aprenderem a ler os sinais de uma ditadura abalada por crescentes conflitos políticos e sociais e violações sistemáticas dos direitos humanos.

Timor Leste está a tornar-se uma questão conhecida em toda a região da Ásia-Pacífico.

Ao assumir-se activamente como Potência Administrante, Portugal tem uma nova oportunidade de conhecer melhor e estreitar relações com países que terão um papel fundamental nas dinâmicas do futuro próximo.

Se alguns querem olhar para Timor como a plataforma a partir da qual Portugal poderá entrar numa zona economicamente explosiva do globo, muito poucos têm feito alguma coisa para a pôr a flutuar.

A "LEI DA ROLHA"

Contrariando um movimento de "liberalização" que ganhava raízes, Suharto suspendeu três importantes semanários.

A "Primavera de abertura" de Suharto foi interrompida. O sopro de liberdade que nos últimos dois anos perpassou pela imprensa indonésia foi bloqueado de um só golpe em 21 de Junho. Nessa data foram retiradas as licenças de publicação aos semanários *Tempo, Editor* e *DeTik.*

"CULTURA TELEFÓNICA"

O jornalismo isento não é fácil na Indonésia. Embora a Constituição da República e a Lei de Bases da Imprensa garantam a sua liberdade, a realidade é bem diversa. Na última década foram suspensos, entre outros, os semanários *Ekuin* (1983) e *Expo* (1984), bem como os diários *Sinar Harapan* (1986), *Prioritas* (1987) e *Monitor* (1990). Os motivos radicaram sempre na publicação de informações sobre temas considerados sensíveis pelo regime.

O instrumento utilizado é um decreto que permite ao Ministro da Informação (desde 1984, H. Harmoko, um íntimo de Suharto) retirar a licença sempre que, na sua perspectiva, uma publicação "*deixe de reflectir um jornalismo saudável, livre e responsável*". Na posse desta espada de Dâmocles, o Governo dá-se ao luxo de prescindir da censura prévia, que oficialmente não existe. Substituiu-a pela bem mais eficaz "cultura telefónica", sistema de avisos (normalmente feitos pelo telefone) aos editores e jornalistas sobre quais os assuntos que devem ser ou não ser noticiados. Só o *Tempo* foi alvo de 33 "avisos" verbais e 6 por escrito, desde 1982.

Os jornais agora suspensos são dos três principais semanários do país, com uma tiragem conjunta de mais de 700 mil exemplares. Em particular o *Tempo*, era o decano e o mais influente dos semanários indonésios, com grande audição entre a Elite. Elemento comum a todos eles o facto de praticarem (dentro dos limites tolerados) um estilo de jornalismo vigoroso e crítico e de nos últimos tempos terem vindo a abordar temas incómodos para o regime.

A MÃO DO PRESIDENTE

Os observadores são unânimes em admitir que o fecho dos semanários se deu por intervenção pessoal de Suharto. O Presidente ficou profundamente irritado com a cobertura dada pela imprensa ao controverso negócio de compra de 39 navios de guerra à Alemanha. Provenientes do arsenal da ex-RDA, os navios foram comprados "*a preço de saldo*", conforme foi anunciado na altura pelas autoridades indonésias. As investigações levadas a cabo pela imprensa mostraram que os navios eram antiquados (idade média de 15 anos), estavam em mau estado (atracados em cais alemães durante dois anos sem qualquer manutenção) e que tinham sido desguarnecidos de armamento (exigência do Parlamento alemão, para evitar polémicas em torno do seu possível uso em Timor).

Tudo isto fez subir bastante o custo inicial da factura. O facto tornou-se público quando o Ministro das Finanças e o Ministro da Tecnologia, J. Habibie, convocados em 7 de Junho para diferentes comissões parlamentares, deram números divergentes sobre o assunto. Habibie saiu bastante fragilizado do incidente. A avaliação generalizada da imprensa considerou-o incompetente na condução do processo e lançou suspeições de subornos canalizados para si e para a família do Presidente. Contra isto se ergueu Suharto.

CONTRADIÇÕES INTERNAS

O encerramento dos jornais e os acontecimentos que o precederam expõem de forma clara algumas das linhas de fractura no interior do poder. Em primeiro lugar as sérias divergências entre Suharto e as Forças Armadas. Estas não apreciam a guinada "civilista" do Presidente, que tem conduzido a uma subalternização política dos militares: no actual Governo, o menos militarizado de sempre; no partido do regime, o Golkar, com a colocação na presidência de Harmoko (o primeiro civil nessas funções); no "lançamento" de J. Habibie como candidato presidenciável, com a bênção de Suharto. Não é por acaso que Habibie aparece como «pivot» em toda esta trama e que Suharto sai em seu socorro.

Outra área de clivagem diz respeito à política económica. Como consequência da diminuição do peso dos produtos tradicionais, nomeadamente o petróleo e o gás natural, na estrutura das exportações indonésias, as receitas fiscais baixaram e exigem apertos orçamentais. As políticas expansionistas de Habibie colocaram-no assim em trajectória de colisão com o Ministro das Finanças.

CLASSES MÉDIAS PEDEM A PALAVRA

O fecho dos semanários lançou a consternação nos meios de negócios, conscientes dos péssimos efeitos na imagem externa da Indonésia e originou forte contestação por parte da classe jornalística e do movimento democrático indonésio.

Ao decidir encerrar os jornais, Suharto cortou as pontes que estava a lançar em direcção à classe média e perdeu muita da confiança que junto dela tinha ganho ao longo dos dois últimos anos de relativa tolerância interna. A emergente classe média é hoje economicamente mais influente e mais politizada do que no passado e tem vindo a reclamar de forma insistente a abertura do regime. Na preparação do pós-suhartismo o seu papel será decisivo. Suharto parece acreditar que ainda pode prescindir dela. Por quanto tempo?

INDONÉSIA: ATRAIR INVESTIMENTOS

A necessidade de capital e tecnologia estrangeiros força Jacarta a abrir a sua economia.

Num esforço para reconquistar o investimento estrangeiro perdido - só no último ano baixou mais de 20% - as autoridades indonésias decidiram liberalizar a legislação que regulamenta a participação estrangeira no capital das empresas que, segundo a nova lei, pode agora chegar aos 100%. Simultaneamente, passam a ter acesso a sectores previamente vedados, tais como os portos, a produção e distribuição de energia eléctrica e nuclear, o transporte aéreo e ferroviário e - surpreendentemente - a comunicação social. O sector retalhista continua, contudo, fechado ao capital estrangeiro.

De acordo com analistas locais, esta medida de Jacarta é igualmente o resultado de pressões do FMI.

SUIÇA: CARTA A BOUTROS-GHALI

Lançada pela comunidade portuguesa na Suiça, campanha recolhe 10.000 assinaturas.

Uma campanha lançada pelo *Luso-Helvético*, um jornal da comunidade portuguesa residente naquele país, e pela *Comissão Pró-Timor*, de envio de uma carta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, recolheu 10.000 assinaturas de apoio.

Na carta, aqueles cidadãos denunciam a situação vivida no território e apelam a Boutros-Ghali para desempenhar um papel mais activo na resolução do problema, à luz do direito internacional.

A campanha foi considerada um êxito, pois como disseram os organizadores "*foram às centenas as cartas que nos chegaram de toda a Suiça, cada uma delas com um mensagem muito clara: pôr fim ao morticínio do povo maubere!*".

BRASIL: BOAS PERSPECTIVAS

Foi inaugurada no passado dia 24 de Maio, no Brasil, uma exposição sobre Timor Leste.

Na cerimónia de abertura estiveram presentes o Magnífico Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Curitiba, em cuja biblioteca foi apresentada a exposição, representantes dos comitês de solidariedade com o povo timorense de Curitiba e de Assis Chateaubriand, representantes da Igreja Católica, do Corpo consular e numerosos estudantes.

Na ocasião, a Cônsul de Portugal naquela cidade, Srª D. Ana Zacarias, proferiu uma palestra onde, a dado passo, lembrou: "*O ano de 1993 assistiu ao princípio do fim do isolamento da questão de Timor Leste no plano internacional. O carácter colonial da presença indonésia, o reconhecimento do direito do povo timorense a ser consultado sobre o seu futuro como nação, começaram finalmente a ser falados nos jornais e na imprensa internacional e Jacarta viu-se obrigada a flexibilizar um pouco a sua posição em face da pressão externa.*".

Boas perspectivas naquele país da América Latina.

PR: RECONHECER A SOLIDARIEDADE

Por ocasião do 20º aniversário do Cidac, Mário Soares referiu-se ao trabalho desenvolvido pela solidariedade.

Escreveu o Presidente da República: "*Aproveito a oportunidade para salientar a coragem e a determinação da CDPM que, em conjunto com outras organizações de solidariedade, tem sido responsável, em boa parte, pela denúncia constante da ilegal ocupação indonésia e pela defesa dos direitos dos timorenses, nomeadamente o seu direito inalienável à autodeterminação.*".

ALEMANHA: GEMINA$ÕES

Os berlinenses descobriram agora, com surpresa, que há um ano que a sua cidade está geminada com Jacarta.

A questão surgiu na sequência de uma viagem do presidente da Câmara daquela cidade alemã a Pequim, onde um acordo de geminação foi assinado com as autoridades chinesas, sem os berlinenses terem tido conhecimento prévio do mesmo e a oportunidade de discuti-lo.

Descobriu-se, então, que um acordo semelhante tinha sido assinado um ano antes com a capital da Indonésia, sem do mesmo ter sido igualmente dada qualquer informação ao Conselho Municipal.

A forma como todo o processo foi conduzido levou alguns cidadãos a suspeitar que as verdadeiras intenções da geminação foi a de promover a exportação de produtos berlinenses para a capital indonésia à margem de discussões "ociosas" sobre direitos humanos. Os cínicos perguntam já "*quando é que Berlim se geminará com Bagdade?*".

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3ª E, 1000 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317